



Universidade Estadual de Maringá
Pró-reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários
Comissão Central do Vestibular Unificado



**Concurso Público – Edital n.º 175/2025-PRH
Contador**

Nº DE ORDEM: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____

NOME DO CANDIDATO: _____

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA E PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS

1. Verifique se este caderno contém 40 questões.
2. Confira os dados da Folha de Respostas e assine-a no local apropriado.
3. A Folha de Respostas é o único documento hábil para a correção da prova objetiva e deverá ser preenchida com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
4. A marcação das letras na Folha de Respostas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com caneta esferográfica de cor azul ou preta, conforme o exemplo:

5. Na Folha de Respostas, não poderá haver rasuras e não poderá haver mais de uma alternativa assinalada para cada questão; caso isso ocorra, a questão será anulada.
6. Não haverá substituição da Folha de Respostas.
7. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o preenchimento da Folha de Respostas.
8. O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após uma hora e trinta minutos do início da prova.
9. O candidato que necessitar utilizar o sanitário deverá solicitar isso ao fiscal de sala.
10. Este caderno de prova **não** poderá ser levado. O candidato poderá transcrever as respostas no rascunho abaixo e levá-lo consigo ao término da prova.

Corte na linha pontilhada.

RASCUNHO PARA ANOTAÇÃO DAS RESPOSTAS – EDITAL N.º 175/2025-PRH – CONTADOR

Nº DE ORDEM: _____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____

NOME DO CANDIDATO: _____

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

- Divulgação do gabarito e do caderno de prova: 29/09/2025.
- O caderno de prova ficará disponível em www.uem.br/concurso até a divulgação do resultado final.
- Divulgação do resultado da prova objetiva: 10/10/2025.



Questão 01

São objetivos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- I. Atender à administração direta e à administração indireta das três esferas de governo, exceto as peculiaridades das empresas estatais dependentes e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).
- II. Permitir a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) e dos demonstrativos do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF).
- III. Permitir a adequada prestação de contas, o levantamento das estatísticas de finanças públicas, a elaboração de relatórios nos padrões adotados por organismos internacionais – a exemplo do *Government Finance Statistics Manual* (GFSM) do Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como o levantamento de outros relatórios úteis à gestão.
- IV. Distinguir os registros de natureza patrimonial, fiscal e de controle.

Está(ão) **correta(s)**

- A) apenas as afirmativas I, II e III.
- B) apenas as afirmativas II e III.
- C) apenas as afirmativas II, III e IV.
- D) apenas as afirmativas I e III.
- E) apenas a afirmativa I.

Questão 02

Sobre a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), assinale a alternativa **correta**.

- A) As contas contábeis do PCASP são identificadas por códigos com 7 níveis de desdobramento, compostos por 9 dígitos. O primeiro nível designa a Classe, e o segundo nível designa o Título da conta contábil.
- B) Se uma conta está detalhada no PCASP até o 6º nível (item), o ente poderá detalhá-la apenas a partir do 7º nível (subitem), e é vedada a alteração dos 6 primeiros níveis.
- C) As naturezas de receitas e despesas orçamentárias têm relação com a codificação das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) ou Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), assim como com as contas de controle de execução do orçamento (classes 5 e 6). Logo, esse tipo de informação não deve ser controlado pelo sistema nem no detalhamento posterior ao 7º nível do PCASP.
- D) O controle de disponibilidades por destinação de recursos é realizado por meio das contas dos subgrupos 7.2.1 e 8.2.1, e as fontes de recursos são espelhadas no código das contas contábeis desses subgrupos.
- E) A fim de possibilitar a consolidação das contas públicas e a adequada elaboração das DCASP e do BSPN, foi criado no PCASP um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação. Esse mecanismo consiste na utilização do 6º nível (Subtítulo).

Questão 03

Durante processo de execução orçamentária, determinado ente público efetuou os seguintes registros contábeis nas contas de natureza orçamentária:

No momento do empenho:

D: Crédito Disponível

C: Crédito Empenhado a Liquidar.....R\$ 1.000

D: Crédito Empenhado a Liquidar

C: Crédito Empenhado em Liquidação.....R\$ 1.000

No momento da liquidação:

D: Crédito Empenhado em Liquidação

C: Crédito Empenhado Liquidado a Pagar.....R\$ 1.000

Considerando essas informações, assinale a alternativa **correta**.

- A) Os registros apresentados sugerem que o fato gerador da obrigação patrimonial (reconhecimento do passivo) ocorreu depois do empenho e antes da liquidação.
- B) Os registros apresentados sugerem que o fato gerador da obrigação patrimonial (reconhecimento do passivo) ocorreu no momento da liquidação.
- C) Os registros apresentados sugerem que o fato gerador da obrigação patrimonial (reconhecimento do passivo) ocorreu antes do empenho ou no momento do empenho.
- D) Supondo que estes tenham sido os únicos registros orçamentários do exercício financeiro e que não há saldo de operações extraorçamentárias, pode-se afirmar que, no momento do empenho, o Passivo Financeiro total corresponde a R\$ 2.000.
- E) Supondo que estes tenham sido os únicos registros orçamentários do exercício financeiro e que não há saldo de operações extraorçamentárias, pode-se afirmar que, no momento da liquidação, o Passivo Financeiro total corresponde a R\$ 0.

Questão 04

Sobre o processo de escrituração segundo as regras de integridade do PCASP, assinale a alternativa **correta**.

- A) Nas classes de natureza orçamentária e de controle do PCASP, depois do lançamento inicial todos os lançamentos posteriores serão realizados verticalmente nas classes ímpares.
- B) As contas de controle de disponibilidades de recursos (classes 7 e 8), quando comprometidas, seguirão a execução dos restos a pagar até o momento do pagamento, desde que este ocorra no exercício subsequente.
- C) As contas de obrigações contratuais (classe 8) que foram executadas deverão ser encerradas ao final de cada exercício financeiro.
- D) Nas classes de natureza orçamentária e de controle, quando o registro contábil representar o início de uma sequência de fatos, a partida dobrada envolverá um lançamento horizontal, ou seja, uma conta da classe 5 com uma conta da classe 6 ou uma conta da classe 7 com uma conta da classe 8.
- E) Ao final do exercício, as contas de execução orçamentária (classes 3 e 4) serão encerradas pelo cancelamento das dotações ou pela inscrição em restos a pagar.

Questão 05

Assinale a alternativa que **compreende**, de acordo com o MCASP (11ª Ed.), o conjunto completo de Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).

- A) Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Notas explicativas e Informação comparativa com o período anterior.
- B) Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro e Informação comparativa com o período anterior.
- C) Balanço Patrimonial; Demonstração de Resultado; Relatório Resumido da Execução Orçamentária; Relatório de Gestão Fiscal; Balanço Orçamentário; Balanço Fiscal; Notas explicativas.
- D) Balanço Patrimonial; Demonstração de Resultado; Demonstração do Lucro ou Prejuízo Acumulado; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Notas explicativas e Informação comparativa com o período anterior.
- E) Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Notas explicativas e Informação comparativa com o período anterior.

Questão 06

Em 31 de dezembro de determinado ano, o Balanço Orçamentário de um ente público apresentou, em suas colunas, os seguintes saldos:

Previsão Inicial	100.000.000
Previsão Atualizada	110.000.000
Receita Realizada	95.500.000
Dotação Inicial	100.000.000
Dotação Atualizada	109.000.000
Despesas Empenhadas	93.400.000
Despesas Liquidadas	87.200.000
Despesas Pagas	80.000.000

Considerando os saldos apresentados, as determinações da Lei nº 4.320/1964 e a atual estrutura do Balanço Orçamentário segundo o MCASP (11ª edição), assinale a alternativa **correta**.

- A) O Superávit Orçamentário foi de R\$ 2.100.000, o que indica que as Variações Patrimoniais Aumentativas foram maiores que as Variações Patrimoniais Diminutivas.
- B) O Superávit Orçamentário foi de R\$ 2.100.000, o que indica que as receitas arrecadadas superaram as despesas pagas.
- C) O Resultado Patrimonial foi nulo, pois as Variações Patrimoniais Aumentativas e as Variações Patrimoniais Diminutivas se igualaram.
- D) O Saldo da Dotação foi de R\$ 15.600.000.
- E) O Superávit Financeiro foi de R\$ 15.500.000.

Questão 07

Sobre a estrutura do Balanço Patrimonial de acordo com a Lei 4.320/1964 e com o MCASP (11ª dd.), assinale a alternativa **correta**.

- A) Os ativos e os passivos devem ser classificados como circulantes ou não circulantes conforme os atributos Financeiro e Permanente. Logo, todo elemento patrimonial não circulante é, necessariamente, de atributo Permanente.
- B) A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Circulante e Não Circulante, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para a realização dos itens que o compõem.
- C) O “Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes” apresenta os ativos e os passivos financeiros e permanentes, de acordo com o disposto no Art. 105 da Lei nº 4.320/1964, e tem como objetivo demonstrar qual foi o superávit ou o déficit financeiro do período.
- D) O “Quadro das Contas de Compensação” apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo executados e a executar e que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente.
- E) O “Quadro do Superávit / Déficit Financeiro” apresenta o superávit / déficit financeiro e será elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR), segregado por fonte / destinação de recursos.

Questão 08

Em determinado período, um ente público apresentou os seguintes saldos em suas contas orçamentárias e de controle do PCASP:

5.2.1.1.x.xx.xx Previsão Inicial da Receita	R\$ 7.000.000,00
5.2.2.1.1.xx.xx Dotação Inicial	R\$ 7.000.000,00
6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar	R\$ 4.000.000,00
6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada	R\$ 3.000.000,00
6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível	R\$ 4.200.000,00
6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar	R\$ 200.000,00
6.2.2.1.3.02.xx Crédito Empenhado em Liquidação	R\$ 100.000,00
6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar	R\$ 2.300.000,00
6.2.2.1.3.04.xx Crédito Empenhado Liquidado Pago	R\$ 200.000,00
7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos	R\$ 3.000.000,00
8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)	R\$ 200.000,00
8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho	R\$ 300.000,00
8.2.1.1.3.xx.xx DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias	R\$ 2.300.000,00
8.2.1.1.4.xx.xx DDR Utilizada	R\$ 200.000,00

Considerando exclusivamente essas informações, assinale a alternativa **correta**.

- A) O orçamento inicial da despesa foi retificado por meio da abertura de créditos adicionais.
- B) O resultado patrimonial do período foi superávit de R\$ 200.000.
- C) O montante de Restos a Pagar Não Processados a serem inscritos corresponde a R\$ 2.300.000.
- D) O saldo das despesas orçamentárias empenhadas, cujos fatos geradores ocorreram, mas que ainda não foram liquidadas, corresponde a R\$ 100.000, e este valor já representa passivo financeiro no Balanço Patrimonial.
- E) A execução orçamentária do período provocou a saída de R\$ 2.800.000 do caixa, conforme demonstrado pelo saldo da conta Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR).

Questão 09

Sobre as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, leia as afirmativas a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I. Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP e são consideradas parte integrante das demonstrações contábeis. Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis, e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.
 - II. Para facilitar a compreensão e a comparação das DCASP com as de outras entidades, sugere-se que as notas explicativas sejam apresentadas na seguinte ordem: 1º) informações gerais; 2º) resumo das políticas contábeis significativas; 3º) informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em que cada demonstração e rubrica aparecem; e 4º) outras informações relevantes.
 - III. Quando mais de uma base de mensuração for utilizada nas demonstrações contábeis, por exemplo, quando determinadas classes de ativos são reavaliadas, é suficiente divulgar uma indicação das categorias de ativos e de passivos à qual cada base de mensuração foi aplicada.
 - IV. Os julgamentos exercidos pela aplicação das políticas contábeis que afetem significativamente os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis devem ser divulgados em notas explicativas.
- A) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
 - B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 - C) Nenhuma das afirmativas está correta.
 - D) Todas as afirmativas estão corretas.
 - E) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.

Questão 10

Em um exercício financeiro, determinado ente público apresentou os seguintes saldos orçamentários:

RECEITAS (REALIZADAS)		DESPESAS (EMPENHADAS)	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.000.000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.000.000
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.000.000	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000
RECEITAS DE CAPITAL		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.000.000	DESPESAS DE CAPITAL	
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000.000	INVESTIMENTOS	2.500.000
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	500.000	INVERSÕES FINANCEIRAS	300.000
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.500.000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.000.000

Considerando essas informações na elaboração do “Anexo 9 – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital” do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) em obediência ao Art. 53, §1, inciso I, da LRF (Lei Complementar 101/2000), o Resultado para Apuração da Regra de Ouro foi igual a

- A) R\$ 200.000, o que indica o cumprimento do dispositivo constitucional, que veda a realização de receitas de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital.
- B) (R\$ 200.000), o que indica o cumprimento do dispositivo constitucional, que veda a realização de receitas de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital.
- C) R\$ 8.100.000, o que indica o cumprimento do dispositivo constitucional, que veda a realização de receitas de operações de créditos que excedam o montante das despesas correntes.
- D) (R\$ 8.100.000), o que indica o cumprimento do dispositivo constitucional, que veda a realização de receitas de operações de créditos que excedam o montante das despesas correntes.
- E) (R\$ 5.100.000), o que indica o cumprimento do dispositivo constitucional, que veda a realização de receitas de capital que excedam o montante das despesas correntes.

Questão 11

Sobre os créditos adicionais, conforme determina a Lei 4.320/1964, assinale a alternativa **correta**.

- A) O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de exercício anterior não pode ser utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, pois se trata de um recurso comprometido com o pagamento de restos.
- B) Os créditos adicionais suplementares são destinados a reforço de dotação orçamentária, enquanto os extraordinários se destinam a despesas para as quais não há dotação orçamentária específica.
- C) Para apurar os recursos utilizáveis como fonte para abertura de créditos adicionais provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.
- D) A abertura dos créditos suplementares e especiais independe da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.
- E) Os créditos adicionais suplementares somente podem ser abertos por meio do cancelamento de saldo de outras dotações orçamentárias.

Questão 12

Determinado ente público apresentou os seguintes saldos para a elaboração do Anexo 6 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO):

Receitas Primárias Arrecadadas	100.000.000
Receitas Financeiras Arrecadadas	5.000.000
Despesas Primárias Pagas	80.000.000
Despesas Financeiras Pagas	20.000.000
Despesas Primárias Empenhadas	90.000.000
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos	1.000.000
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos	3.000.000
Dívida Consolidada	100.000.000
Disponibilidade de Caixa	2.000.000
Demais Haveres Financeiros	1.500.000

Considerando exclusivamente as informações disponíveis bem como a previsão do Art. 53, inciso III da LRF, e o MDF (14ª ed.), o Resultado Nominal Acima da Linha foi igual a

- A) R\$ 18.000.000.
- B) R\$ 96.500.000.
- C) R\$ 20.000.000.
- D) R\$ 10.000.000.
- E) R\$ 8.000.000.

Questão 13

Sobre o processo de elaboração e aprovação das leis orçamentárias de acordo com a Lei 4.320/1964 e a LRF, assinale a alternativa **correta**.

- A) No PPA as receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital aprovado por decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo um biênio.
- B) A Lei Orçamentária Anual deverá conter Anexo de Metas Fiscais e Anexo de Riscos Fiscais, segundo a LRF.
- C) Caberá exclusivamente aos órgãos de arrecadação organizar demonstrações mensais da receita arrecadada segundo as rubricas para servirem de base à estimativa da receita na proposta orçamentária.
- D) Admitir-se-ão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem alterar dotação solicitada para despesa de custeio.
- E) Se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente.

Questão 14

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a doutrina classifica as receitas públicas quanto à procedência, em Originárias e Derivadas. Assinale a alternativa que **apresenta** a receita que se classifica como Receita Pública Derivada.

- A) Receitas de Aluguel
- B) Receitas com Prestação de Serviços
- C) Receitas com Impostos
- D) Receitas Industriais
- E) Receitas Agropecuárias

Questão 15

O Regime de Adiantamento é um instrumento de descentralização de recursos públicos previsto em lei. No estado do Paraná, sua concessão, sua aplicação e sua prestação de contas foram instituídas pela Lei n.º 16.949/2011 e são regidas pelo Decreto n.º 5.006/2012, alterado pelo Decreto n.º 9.046/2025. Diante do exposto, no estado do Paraná o regime de adiantamento consiste na entrega de numerário a servidor ou militar em exercício para

- A) que este crie um fundo de reserva para cada unidade administrativa, garantindo recursos para cobrir eventuais extrapolações orçamentárias.
- B) que este realize aplicações financeiras em nome do órgão público, com o objetivo de gerar rendimentos extras que serão reinvestidos em despesas não previstas no orçamento.
- C) que este substitua o processo licitatório para aquisições de baixo valor, agilizando a compra de materiais de escritório.
- D) que este utilize os recursos de forma discricionária, de acordo com as necessidades momentâneas de sua unidade, sempre precedido de empenho na dotação orçamentária própria.
- E) que este custeie despesas a seu cargo ou do órgão ou entidade a que pertença, sempre precedido de empenho na dotação orçamentária própria, cujo pagamento, em razão do reduzido valor a ser pago ou pela impossibilidade, inconveniência ou, ainda, para os casos de emergência, não possa subordinar-se ao trâmite do processo licitatório, sob pena de causar prejuízos ou embaraços a prestação de serviços públicos.

Questão 16

De acordo com o Decreto Estadual nº 5.006/2012 PR, a solicitação para concessão do adiantamento será dirigida ao ordenador de despesas do órgão ou da entidade da administração indireta prevista neste Decreto ou ao servidor ou militar por ele indicado. Essa solicitação deverá conter todos os itens a seguir, exceto

- A) declaração de que o servidor ou militar assume total responsabilidade financeira, dispensando a prestação de contas formal perante os órgãos de controle.
- B) valor expresso em moeda corrente e por extenso.
- C) dotação orçamentária por onde será classificada a despesa ou o crédito orçamentário.
- D) justificativa circunstanciada da chefia do setor requisitante do adiantamento, conforme hierarquia do órgão ou entidade, ao Ordenador de Despesas, a quem cabe decidir quanto à conveniência e oportunidade da concessão, e não é admitida aplicação do adiantamento fora dos parâmetros dessa justificativa.
- E) período de aplicação e prazo para comprovação.

Questão 17

O Art. 165, § 8º, da Constituição Federal de 1988, estabelece o princípio da exclusividade, que tem impacto direto na estrutura da Lei Orçamentária Anual (LOA). Esse princípio estabelece que

- A) a LOA deve discriminar a despesa por órgãos e unidades orçamentárias, garantindo a clareza sobre qual entidade executará o gasto.
- B) a LOA deve ser elaborada de forma a equilibrar receitas e despesas, vedando a abertura de créditos suplementares que rompam esse equilíbrio sem a indicação de recursos.
- C) a despesa pública deve ser classificada por funções e subfunções, de modo a transparentar as áreas de atuação do governo, como saúde, educação e segurança.
- D) a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para a abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.
- E) a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Questão 18

Ao final do exercício financeiro de 2024 a Prefeitura do Município "Contabilidade" identificou Restos a Pagar no valor total de R\$ 15 milhões decorrentes de despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro. Desse total, R\$ 10 milhões se referiam a serviços de vigilância já prestados e regularmente liquidados, enquanto R\$ 5 milhões se referiam a empenhos para obras em andamento que não foram liquidadas no exercício. Com base na Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa que **apresenta** a situação desses valores em 31/12/2024.

- A) Os R\$ 15 milhões serão automaticamente inscritos em Restos a Pagar Processados, pois foram empenhados em 2024.
- B) Apenas os R\$ 10 milhões serão inscritos em Restos a Pagar Processados; os R\$ 5 milhões serão inscritos em Restos a Pagar Não Processados.
- C) Apenas os R\$ 10 milhões serão inscritos em Restos a Pagar Processados; os R\$ 5 milhões, por não terem sido liquidados, não poderão ser inscritos.
- D) Nenhum dos valores poderá ser inscrito, pois a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 vedou a inscrição de novos Restos a Pagar.
- E) Os R\$ 10 milhões serão inscritos em Restos a Pagar Não Processados; os R\$ 5 milhões serão inscritos em Restos a Pagar Processados.

Questão 19

O Estado "Beta" arrecadou R\$ 20 milhões provenientes da venda de um imóvel de sua propriedade que não era mais utilizado para fins administrativos. Além disso, recebeu R\$ 5 milhões de dividendos de suas participações acionárias em uma empresa de economia mista. Assinale a alternativa que **apresenta** a forma como essas duas receitas devem ser classificadas na demonstração contábil do Estado "Beta", de acordo com a Lei nº 4.320/1964.

- A) A primeira é classificada como Receita Corrente (Transferências de Capital), e a segunda, como Receita de Capital (Receita de Dividendos).
- B) Ambas são classificadas como Receitas Correntes: a primeira como Alienação de Bens, e a segunda como Receita de Royalties.
- C) Ambas são classificadas como Receitas de Capital: a primeira como Operações de Crédito, e a segunda como Alienação de Bens.
- D) A primeira é classificada como Receita de Capital (Alienação de Bens), e a segunda como Receita Corrente (Receita de Participações).
- E) Ambas são classificadas como Receitas Correntes: a primeira como Alienação de Bens, e a segunda como Receita de Royalties.

Questão 20

O Governo do Estado realizou os seguintes gastos:

1. pagamento de salários aos servidores da ativa.
2. aquisição de um novo sistema de informática para a Secretaria de Ciência e Tecnologia.
3. pagamento de juros da Dívida Pública.
4. amortização (pagamento do principal) de um empréstimo contraído com o BRDE.

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, quais dessas despesas são classificadas na categoria econômica "Despesas Correntes"?

- A) 1 e 2
- B) 2 e 4
- C) 1, 2 e 3
- D) 1 e 4
- E) 1 e 3

Questão 21

O ordenador de despesas do município “Construindo”, após a devida licitação, assinou um contrato com uma empresa para a realização de uma obra. Para garantir que os recursos fiquem reservados para esse fim e para constituir o primeiro estágio da despesa, ele deve emitir

- A) uma Ordem de Pagamento após a fiscalização atestar que a obra foi concluída.
- B) uma Liquidação da Despesa para verificar a conformidade do objeto contratado.
- C) uma Nota de Empenho, que constitui o crédito do fornecedor contra o município.
- D) um Resto a Pagar, visto que a despesa será processada no exercício financeiro seguinte.
- E) nada, pois já assinou o contrato com a empresa e assim garante que os recursos ficam reservados.

Questão 22

O Município de “Estou Confuso”, em seu projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2025, propôs uma receita total de R\$ 60 milhões. No entanto a prefeitura decidiu não incluir no projeto a previsão de uma receita de R\$ 2 milhões proveniente de uma doação em espécie de maquinário de uma empresa privada, sob a justificativa de que esse valor não transitaria pelo caixa do município e seria utilizado diretamente em uma obra específica de pavimentação. Com base nesse caso, assinale a alternativa **correta**.

- A) A conduta do município está correta, pois o Princípio da Especificidade permite que receitas vinculadas a obras específicas não constem da LOA, desde que devidamente justificadas.
- B) A conduta do município está incorreta, pois fere o Princípio da Universalidade, que determina a inclusão na LOA de todas as receitas e despesas, independentemente de sua origem ou natureza.
- C) A conduta do município está correta, pois o Princípio da Não Afetação de Receitas permite que doações em espécie sejam aplicadas diretamente sem integrarem o orçamento público.
- D) A conduta do município está correta, pois o Princípio da Legalidade autoriza a administração pública a gerir recursos de origem privada sem a necessidade de prévia previsão orçamentária.
- E) A conduta do município está incorreta, pois fere o Princípio da Anualidade, uma vez que a doação só foi confirmada após a elaboração do projeto de lei.

Questão 23

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 150, estabelece limitações ao poder de tributar dos entes federados, assegurando direitos aos contribuintes. Dentre as alternativas a seguir, assinale aquela que **não** está contemplada nas vedações desse artigo.

- A) Cobrar tributos respeitando a competência de cada ente da federação.
- B) Instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros.
- C) Cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- D) Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.
- E) Utilizar tributos com efeito de confisco.

Questão 24

Os parágrafos 1º e 2º do Art. 11 da Lei nº 4.320/1964 classificam as receitas orçamentárias em Receitas Correntes e Receitas de Capital. Leia as seguintes afirmativas:

- I. Receitas orçamentárias correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.
- II. Receitas orçamentárias de capital são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas.
- III. Receitas correntes são as provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

Está(ão) **correta(s)**

- A) apenas a afirmativa I.
- B) apenas a afirmativa II.
- C) apenas a afirmativa III.
- D) apenas as afirmativas I e II.
- E) apenas as afirmativas I e III.

Questão 25

Nas classificações da despesa orçamentária, aquela que reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e que está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária, é a classificação

- A) Funcional.
- B) por Estrutura Programática.
- C) por Categoria Econômica.
- D) por Natureza.
- E) Institucional.

Questão 26

Uma das classificações da despesa pública é por estrutura programática. Em relação a essa classificação e com base no MCASP, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) Toda ação do governo está estruturada em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos no Plano Plurianual (PPA) para o período de 4 anos.
- B) Operações especiais são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um programa.
- C) Programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade.
- D) As ações são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um programa.
- E) As ações, conforme suas características, podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais.

Questão 27

Segundo o MCASP, a característica comum de todos os ativos (recursos econômicos) é a capacidade de proporcionar serviços ou benefícios para a entidade que os utiliza. No setor público, eles estão associados

- A) a fluxos positivos de tesouraria.
- B) a benefícios econômicos futuros, fluxos de caixa.
- C) a não serem utilizados para fornecer aos cidadãos os bens e serviços.
- D) a recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais não se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade.
- E) à capacidade para serem utilizados no fornecimento de bens e serviços que satisfaçam às necessidades dos cidadãos.

Questão 28

Com referência ao MCASP na Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil, assinale a alternativa **correta**.

- A) Bens móveis compreendem os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- B) Bens imóveis não compreendem os bens vinculados ao terreno (solo) e não podem ser retirados sem destruição ou danos.
- C) Bens móveis não estão sujeitos ao reconhecimento da redução do valor pelo desgaste ou pela perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.
- D) Bens dominiais/dominicais compreendem os bens que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito privado, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- E) Bens imóveis em andamento não compreendem os valores de bens imóveis em andamento ainda não concluídos.

Questão 29

Com base no MCASP na Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil, assinale a alternativa **incorreta**.

- A) O critério do valor do conjunto impele que a entidade avalie todos os seus custos de ativos imobilizados no momento em que eles são incorridos.
- B) Os ativos imobilizados obtidos a título gratuito devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, e deverá ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimentos técnicos ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.
- C) Os bens de uso comum do povo podem ser encontrados em duas classes de ativos: ativos de infraestrutura e bens do patrimônio cultural.
- D) O princípio geral de reconhecimento para todos os ativos imobilizados no momento em que os custos são incorridos, incluindo os custos iniciais e os subsequentes, não deve ser aplicado.
- E) Ativos de infraestrutura são ativos que normalmente podem ser conservados por um número significativamente maior de anos do que a maioria dos bens do ativo imobilizado.

Questão 30

Tendo como referência o MCASP na Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil, assinale a alternativa **correta**.

- A) Quando o valor contábil de um ativo não corresponde ao seu valor justo, não há necessidade de reavaliação.
- B) Quando adotada a reavaliação como modelo de mensuração, não é necessário que periodicamente esses bens passem por esse processo visando adequar o seu valor contábil.
- C) A frequência com que as reavaliações são realizadas não depende das mudanças dos valores justos dos itens do ativo que serão avaliados.
- D) Reavaliações frequentes são desnecessárias para itens do ativo que não sofrem mudanças significativas no valor justo. Para esses casos as entidades podem reavaliar o item a cada três ou cinco anos, se houver necessidade.
- E) Quando um item do ativo imobilizado for reavaliado, não é necessário que toda a classe de contas do ativo imobilizado à qual pertence esse ativo seja reavaliada.

Questão 31

A NBC TSP – Estrutura Conceitual não propõe uma única base de mensuração (ou a combinação de bases de mensuração) para todas as transações, eventos e condições como base para mensuração de ativos. Sobre o assunto, leia as definições a seguir:

- I. custo histórico: valor para se adquirir ou desenvolver um ativo, o qual corresponde ao caixa ou equivalente de caixa ou valor de outra importância fornecida à época de sua aquisição ou desenvolvimento;
- II. valor de mercado (quando o mercado é aberto, ativo organizado): montante pelo qual um ativo pode ser trocado entre partes cientes e dispostas, em transação sob condições anormais de mercado;
- III. custo de reposição ou substituição: custo mais econômico exigido para a entidade substituir o potencial de serviços de ativo.

Está(ão) **correta(s)**

- A) a definição I.
- B) a definição II.
- C) a definição III.
- D) as definições I e II.
- E) as definições I e III.

Questão 32

A NBC TSP – Estrutura Conceitual não propõe uma única base de mensuração (ou a combinação de bases de mensuração) para todas as transações, eventos e condições. Sobre o assunto, leia as definições a seguir:

- I. custo histórico: importância recebida para se assumir uma obrigação, a qual corresponde ao caixa ou equivalente de caixa, ou ao valor de outra importância recebida à época na qual a entidade incorreu no ativo.
- II. valor de mercado (quando o mercado é aberto, ativo organizado): montante pelo qual um passivo pode ser liquidado entre partes cientes e interessadas em transação sob condições normais de mercado.
- III. custo de cumprimento de obrigação: custos nos quais a entidade incorre no cumprimento das obrigações representadas pelo passivo, assumindo que o faz da maneira mais onerosa.

Está(ão) **correta(s)**

- A) a definição I.
- B) a definição II.
- C) a definição III.
- D) as definições I e II.
- E) as definições I e III.

Questão 33

A NBC TSP – Estrutura Conceitual não propõe o valor justo (*fair value*) como uma das bases de mensuração para ativos e passivos. Em substituição, propõe o valor de mercado. Sobre o assunto, leia as definições a seguir:

- I. valor de mercado é o montante que o credor aceita no cumprimento da sua demanda, ou que terceiros cobrariam para aceitar a transferência do passivo do devedor.
- II. valor de mercado é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado entre partes cientes e dispostas em transação sob condições anormais de mercado.
- III. valor de mercado é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou passivo extinto, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em transação sem favorecimentos.

Está(ão) **correta(s)**

- A) a definição I.
- B) a definição II.
- C) a definição III.
- D) as definições I e II.
- E) as definições I e III.

Questão 34

A Lei n.º 14.133/2021, estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações. O Art. 6º, inciso XVIII, define os serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual como

- I. estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos.
- II. pareceres, perícias e avaliações em geral.
- III. estudo técnico preliminar, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a ser elaborado caso se conclua pela viabilidade da contratação.
- IV. patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas.

Estão **corretos** os serviços

- A) I, II e III.
- B) II, III e IV.
- C) I, II e IV.
- D) II e III.
- E) I e IV.

Questão 35

A Lei n.º 14.133/2021, estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações. No Art. 6º, inciso XXII – obras, serviços e fornecimentos de grande vulto são aqueles cujo valor estimado supera

- A) 200.000.000,00.
- B) 300.000.000,00.
- C) 250.000.000,00.
- D) 150.000.000,00.
- E) 100.000.000,00.

Questão 36

A Lei n.º 14.133/2021, estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações. O Art. 6º, inciso XXVII – matriz de riscos, cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidade entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contém no mínimo, as seguintes informações:

- I. Listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência.
- II. No caso de obrigação de resultado, estabelecimento das frações de objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico.
- III. No caso de obrigação de resultado, estabelecimento preciso das frações de objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução no caso de obras e serviços de engenharia.

Está(ão) **correta(s)** a(s) informação(ões)

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.
- E) I e III.

Questão 37

A Lei Estadual nº 20.537/2021 dispõe sobre as relações entre as Instituições de Ensino Superior, os Hospitais Universitários e os Institutos de Ciência e Tecnologia públicos do estado do Paraná e suas Fundações de Apoio. Subordinam-se às normas dessa Lei:

- I. as Instituições de Ensino Superior do Paraná (IEES);
- II. os Hospitais Universitários (HUs);
- III. as Fundações de Apoio criadas na forma da Lei;
- IV. os Institutos de Ciência e Tecnologia privados (ICTs).

Estão **corretas**

- A) I, II e III.
- B) II, III e IV.
- C) I, II e IV.
- D) II e III.
- E) I e IV.

Questão 38

A Constituição Federal de 1988 estabelece a observância do processo de licitação pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dispõe, no Art. 37, inciso XXI, que a administração pública obedecerá aos princípios de

- A) legalidade, impertinência, moralidade, publicidade e eficiência.
- B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- C) legalidade, impessoalidade, mutualidade, publicidade e eficiência.
- D) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicização e eficiência.
- E) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.

Questão 39

Assinale a alternativa cujo conteúdo **não** faz parte das garantias de prioridade previstas no parágrafo único do Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

- A) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- B) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- C) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- D) Prioridade no julgamento por autoridade não jurisdicional pela prática de ato infracional.
- E) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Questão 40

Assinale a alternativa **correta** em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

- A) Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá determinar que o adolescente realize a prestação de trabalho obrigatório como medida específica de proteção.
- B) Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.
- C) A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita ao princípio da brevidade e deverá ser aplicada por prazo determinado, e não é permitida a realização de atividades externas.
- D) A falta ou a carência de recursos financeiros constitui motivo para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- E) É garantido a toda criança e adolescente o livre e irrestrito acesso às diversões e aos espetáculos públicos.